

ABUSO SEXUAL INFANTIL: as violências sem rosto¹

Simone Regina dos Reis Nunes²
Dra. Graziela Cucchiarelli Werba³

Resumo

Sabe-se que o abuso sexual infantil configura uma forma de violência e, mais do que isto, uma forma de violência de gênero. Partindo desta premissa, este trabalho tem a intenção de discutir as representações sociais do abuso sexual infantil no Litoral Norte do Rio Grande do Sul, a partir de uma pesquisa realizada nesta região em 2010 e 2011. A iniciativa de investigar este tema em âmbito regional surgiu de uma primeira pesquisa realizada no ano de 2009, no município de Torres/RS. O objetivo, nos dois casos, é identificar qual a representação social que a comunidade norte litorânea do Rio Grande do Sul tem do abuso sexual infantil para que, a partir disto, se possa pensar mecanismos de redução e/ou erradicação desta forma de violência. A metodologia utilizada foi a pesquisa qualitativa, através da Pesquisa-Ação, amparada nas teorias de gênero e das representações sociais, fundamentadas no decorrer deste trabalho.

PALAVRAS-CHAVE: Abuso Sexual Infantil. Violência de Gênero. Representações Sociais.

Introdução: o que buscamos?

Pensar representações sociais num mundo repleto de paradoxos nos parece, ao mesmo tempo, estranho e pertinente. Investigar o olhar de uma comunidade sobre um tema tão relevante e tão contraditório, nos remeteu a uma viagem sem volta a um universo até então desconhecido e de cuja reflexão o senso comum se poupa incessantemente.

O Mapa das Denúncias de Abuso Sexual Infantil, publicado pela Secretaria

¹ Pesquisa financiada pela FAPERGS no período de Agosto/2010 a Julho/2011. Entregue para publicação em 28/07/2011.

² Acadêmica do Curso de Psicologia ULBRA Torres. Bolsista de Pesquisa FAPERGS. E-mail: simone.reis.nunes@hotmail.com

³ Psicóloga, professora do Curso de Psicologia ULBRA Torres, Pós-Doutora em Psicologia (PUCRS). E-mail: graziewerba@terra.com.br

dos Direitos Humanos da Presidência da República (SDH) informa que o número de denúncias no Brasil no período de 2003 a 2011 é de 52.000 casos. Deste total, 80% das crianças e adolescentes abusadas são meninas. Os números chamam à atenção para a violência de gênero: maior número de vítimas meninas.

Partindo destas conjecturas, surgiu a idéia de dar continuidade a uma pesquisa realizada no ano de 2009, em que foram investigadas as representações sociais do abuso sexual infantil na cidade de Torres. A partir dos resultados daquela investigação, em que a invisibilidade do abusador surgiu como dado predominante, entendemos ser importante ampliar o campo de pesquisa para o âmbito regional. A idéia inicial era realizar grupos focais nos municípios de Torres, Tramandaí e Capão da Canoa, e implantar o serviço de acolhimento a pessoas em situação de violência no município de Tramandaí. O serviço de acolhimento oportunizaria a coleta de dados individual, já que contemplaria o atendimento de crianças e adolescentes vítimas de abuso, além das mulheres em situação de violência. Este serviço é parte do Projeto de extensão universitária denominado Assessoria em Psicologia Jurídica, realizado pela ULBRA Torres e do qual fazemos parte.

A implantação foi realizada em 2010, na Unidade de Ensino da ULBRA em Tramandaí, onde foram cumpridos plantões de atendimento. A exemplo do ocorrido na fundação do projeto em Torres, este tipo de serviço leva tempo para se tornar popular e, sobretudo, ganhar a confiança da comunidade. É fato que, em se tratando de violência de gênero, categoria em que classificamos os crimes de abuso sexual, os caminhos são mais tortuosos. Como relaciona Werba (2002) “é como tentar andar sobre pedras que rolam”. Desta forma, detivemo-nos na realização de grupos focais, onde foram ouvidas 28 pessoas, entre pós-graduandos, pessoas da comunidade, estudantes de Psicologia e Profissionais de Saúde. Importante destacar que as questões surgidas nos grupos focais apresentaram enorme riqueza de conteúdo, satisfazendo plenamente os objetivos da investigação.

Este artigo busca discutir as questões mais frequentemente abordadas nos grupos focais, no que tange ao tema geral abuso sexual infantil. Para tanto, abordaremos conceituações que julgamos relevantes para melhor compreensão do tema. Daí a utilização, neste trabalho, das teorias de gênero, juntamente com a teoria das representações sociais, visto que nosso olhar se fixa na hipótese de que, entendendo o pensamento social, torna-se mais eficiente a organização de mecanismos de erradicação de um fenômeno. De acordo com Louro (2004) os

gêneros se produzem nas e pelas relações de poder. Werba (1999) preconiza as representações sociais como saberes partilhados e construídos na interação social cotidiana, originando-se do imaginário social ou do pensamento social atual.

Abuso Sexual Infantil: mitos e realidades

Ao longo desta pesquisa, pudemos perceber que o tema abuso sexual infantil desperta um misto de sentimentos e percepções permeados por crenças, mitos e fantasias que abarcam o imaginário popular. Nossa intenção aqui é desvendar brevemente estes mitos e discutir conceitos, na busca por um entendimento que nos permita esquadriñar mecanismos de redução e/ou erradicação desta forma de violência.

Saffioti (1979 apud NEGRÃO, 2005, p. 20) define abuso sexual como:

(...) toda exposição de uma criança à estimulação e todo e qualquer ato perpetrado por determinado sujeito que, valendo-se de uma posição de maior poder sobre outrem, impõe práticas sexuais que incluem a sedução, o assédio, o toque, o voyeurismo e o exibicionismo, a exposição à pornografia, o intercurso oral, anal, o estupro e a exploração sexual comercial, com ou sem a utilização de força física a fim de obter prazer e estimulação sexual.

Este conceito explicita uma relação direta entre violência e poder, reforçada pelas relações de gênero que estão inseridas no ato do abuso sexual infantil enquanto atribuído à violência de gênero, da qual falaremos em sequência e com maior adequação.

A literatura inflige a questão do abuso sexual infantil como um grave problema de saúde pública, haja vista a incidência de casos e as graves conseqüências para as vítimas e suas famílias. Koller (2005) considera que, embora a maior parte dos casos se dê no âmbito intrafamiliar, existem outras categorias em expansão fora das famílias, como a pornografia e a exploração sexual de crianças e adolescentes. Ou seja, o abuso sexual infantil surge como uma violência de muitas caras, quase nunca visíveis. De alguma forma, esta metáfora nos remete às matérias veiculadas na mídia, em que os rostos das crianças ficam invisíveis.

Inevitavelmente nos questionamos quem, de fato, é invisível, quando nos deparamos com o paradoxo da negligência, do medo e da invisibilidade a que o tema tem sido submetido ao longo dos anos?

Na pesquisa realizada, fica claro o incômodo da população ao tratar o tema. Embora tenha sido consenso a seriedade da discussão, percebia-se claramente o mal-estar que se estabelecia no início dos grupos focais, como reflete a fala de uma participante:

“Escutá essa expressão, o abuso sexual, me vem... dois sentimentos assim, tão complicados, é a questão da violência, da dor que causa...” (estudante de psicologia, grupo de estudantes)

Em todos os grupos focais realizados, estabeleceu-se um silêncio inicial, logo após a apresentação da questão norteadora. Entendemos que este silêncio pode ser considerado revelador no que tange ao desconforto de refletir sobre o assunto. Alves e Werba (2009, p. 6) citam Narvaz, reforçando este desconforto e relacionando este elemento à revitimização:

O que vemos é um fenômeno cercado pelo tabu da sexualidade que perpassa todo o tecido social. Por isso acaba dificultando o atendimento das vítimas e o acolhimento da revelação do abuso sexual não só pelas mães das vítimas do incesto, mas pela comunidade social e científica, o que é uma forma de (re)vitimização.

Como vimos, o fator tabu apresenta-se como uma constante quando se aborda o tema abuso sexual infantil a partir das representações sociais. Em maio de 2008, o Observatório da Infância lançou uma cartilha chamada Abuso Sexual de Crianças e Adolescentes: Quebrando Tabus, da qual retiramos uma tabela que ilustra o seu teor e corrobora a importância da informação prática e acessível como forma de prevenção (Figura 1). O quadro traça um paralelo entre os mitos e a realidade da violência sexual contra crianças e adolescentes, demonstrando de forma clara estas diferenças, de modo a facilitar o entendimento leigo e científico em igualdade de condições. Esta medida vem ao encontro da necessidade de proteção da vítima como “um processo de aprendizagem de poder pela própria vítima e de poder compartilhado” (FALEIROS, 2008, p. 169), e mais que isso, de prevenção do fenômeno através da informação e do atendimento em rede.

Figura 1 - Fonte: Observatório da Infância (2008)

ABUSO SEXUAL	
MITOS	REALIDADE
<i>O abusador sexual é um psicopata que todos reconhecem na rua</i>	<i>Na maioria das vezes são pessoas aparentemente normais que são queridas pelas crianças e pelos adolescentes</i>
O estranho representa perigo maior às crianças e adolescentes	Os estranhos são representados por um pequeno percentual dos casos registrados. Na maioria das vezes as crianças e adolescentes são sexualmente abusados por pessoas que já conhecem
O abuso sexual está associado a lesões corporais	A violência física contra crianças e adolescentes abusados sexualmente não é o mais comum, mas sim o uso de ameaças e/ou a conquista da confiança e do afeto da criança. As crianças e os adolescentes são, em geral, prejudicados pelas consequências psicológicas do abuso sexual
As vítimas de abuso são oriundas de famílias de nível socioeconômico baixo	Níveis de renda familiar e de educação não são indicadores de abuso. Famílias de classe média e alta podem ter condições melhores de encobrir o abuso e manter o "muro do silêncio"
É impossível prevenir o abuso sexual de crianças	Há maneiras práticas e objetivas de prevenir o abuso sexual de crianças

Desta forma, entendemos que o caminho é longo quando se delinea o tema da violência sexual com crianças e adolescentes. Diferentes conceitos, abordagens e discussões já foram feitos na intenção de se erradicar esta forma de violência. Entretanto, entendemos que mais estudos se fazem necessários, e seguimos aqui com este intento, numa abordagem que consideramos pertinente, e à qual daremos a merecida atenção.

Abuso Sexual e Violência de Gênero: as meninas invisíveis

Os dados já mencionados dão conta de que 80% dos casos de abuso sexual denunciados no Brasil têm como vítima as meninas. Ou seja, de cada quatro vítimas, três são do gênero feminino. Recorremos a Negrão (2005, p. 6) para situar historicamente as meninas no contexto dos direitos humanos, e então discutirmos a violência sexual sob a ótica da violência de gênero:

As meninas, enquanto sujeitos de direitos, surgem no panorama internacional em 1993, quando a Declaração de Direitos Humanos de Viena enuncia que “os direitos humanos das mulheres e das meninas constituem parte inalienável e indivisível dos direitos humanos universais”. Anteriormente, a Convenção sobre os Direitos da Criança (1989), de concepção geracional, já enfatizava em seu preâmbulo a necessidade de proporcionar à criança proteção especial, reafirmando o conteúdo da Declaração de Genebra (1924).

As evidências justificam a inclusão do abuso sexual infantil na categoria violência de gênero a partir do mote de poder e subordinação a que a vítima é submetida neste tipo de violência.

Histórica e culturalmente, as mulheres e meninas são educadas para satisfazer as necessidades dos homens, sejam estas sexuais ou não. Cardoso citado por Narvaz (2005, p. 41) situa que “determinadas situações, ainda que violadoras das subjetividades e dos direitos das mulheres e das crianças, como o abuso sexual, são suportadas a fim de que a família permaneça ‘intacta’”. Neste contexto, fatores como vergonha e medo atuam como agentes promotores de uma lei silenciosa onde, para que se preserve a “integridade” familiar, não se denuncia o fenômeno, dando início a uma cadeia de acontecimentos que culmina na impunidade e, mais uma vez, na invisibilidade: das meninas no que se refere à atenção básica pós-trauma, e do abusador no que tange à punição e/ou acompanhamento terapêutico.

Narvaz (2005, p.46) destaca o sentimento da mãe em relação à filha abusada, reiterando estas questões:

[...] a mãe sente-se confusa diante da suspeita ou constatação de que o companheiro abusa sexualmente da filha. Ambivalente também em relação

à filha, a mãe sente raiva e ciúme, ao mesmo tempo em que atribui a si a culpa por não protegê-la. Na verdade, a mãe é igualmente vítima da violência familiar. Negar, desmentir a filha ou culpá-la pela sedução é uma forma de suportar o impacto da violência, da desilusão e da frustração diante da ameaça de desmoronamento da família.

Strey e Werba (2001, p. 72) definem que "violência de gênero envolve ações ou circunstâncias que submetem unidirecionalmente, física e/ou emocionalmente, visível e/ou invisivelmente as pessoas em função de seu sexo." Considera-se violência de gênero, portanto, as relações de poder assimétricas entre os gêneros que reproduzem situações de violência. Strey (2000), assevera que qualquer pessoa que tenha seus direitos mais fundamentais ou mais complexos violados, está diante de uma violência ou de um crime contra os direitos humanos. Configura-se uma violência de gênero quando este crime ocorre devido à vítima pertencer a outro gênero.

No contexto intrafamiliar, onde sucede a maior parte dos casos de abuso sexual infantil, a mãe aparece culturalmente como figura central quando se trata da responsabilidade da proteção e educação dos filhos. Mas, como pudemos ver, em casos de violação, esta mãe muitas vezes é também vitimizada pela violência familiar, ficando numa situação ambivalente e altamente nociva, tanto para si mesma quanto para sua filha.

Narvaz e Koller (p. 151) fazem a seguinte consideração a respeito da situação de violência muitas vezes sofrida no passado e revivida com as filhas:

Ao atentarmos para as falas de mulheres e meninas vítimas de violência intrafamiliar contemplamos uma triste realidade: o segredo de um abuso sofrido pelas mães no passado só se torna evidente após a revelação da violação sofrida por suas filhas. Deparamo-nos, então, com a repetição do padrão abusivo na história da família, com o cativo da violência intrafamiliar que se expressa no segredo destas mães, meninas um dia, abusadas em suas famílias de origem.

O teor destas afirmações é reforçado pelas falas das pessoas pesquisadas:

“É, a gente ouve falar né, que quem sofre de abuso foi abusado, né? E é isso aí que tá dizendo, que tá passando de geração em geração. E não tem classe social, não tem cara.” (estudante de psicologia, grupo de estudantes)

“Falando nisso, hoje em dia é muito normal a repetição, né? Acho que

quando isso chega a vir à tona é quando isso tá se repetindo com um filho ou um parente próximo.” (psicóloga, grupo profissionais de saúde)

Podemos perceber a estreita relação entre a violência de gênero e a repetição do abuso intrafamiliar, o que nos leva a acreditar que o discurso sexista patriarcal impetrado nas famílias há décadas contribui firmemente para a perpetuação da violência intergeracional.

Representações Sociais: voz do povo, voz de quem?

A escolha da teoria das representações sociais para integrar a fundamentação teórica desta pesquisa se tornou evidente, já que a investigação se configura pela via da pesquisa social.

De acordo com Arruda (2002), a teoria das representações sociais (RS) teve origem na obra *La Psycanalyse, son image, son public*, de Serge Moscovici, publicada em 1961. Moscovici construiu seus primeiros estudos baseado no trabalho de Durkheim e suas relações entre representações individuais e coletivas. Permaneceu na obscuridade até os anos 80, quando ganhou a atenção da psicologia social e foi aprofundada por Denise Jodelet. A partir daí, várias áreas, como educação, saúde e meio ambiente passaram a utilizar a teoria das RS em seus estudos.

Recorremos novamente a Arruda (p. 2) para situar a perspectiva psicossocial das RS:

A psicologia social aborda as representações sociais no âmbito do seu campo, do seu objeto de estudo - a relação indivíduo-sociedade - e de um interesse pela cognição, embora não situado no paradigma clássico da psicologia: ela reflete sobre como os indivíduos, os grupos, os sujeitos sociais, constroem seu conhecimento a partir da sua inscrição social, cultural etc. por um lado, e por outro, como a sociedade se dá a conhecer e constroi esse conhecimento com os indivíduos.

As RS, portanto, permitem aos pesquisadores e pesquisadoras investigar fenômenos sociais a partir da relação direta dos sujeitos envolvidos com o tema estudado. Entendemos que, no caso específico do tema abuso sexual infantil,

compreender esta relação permite visualizar mais claramente o assunto a partir da sociedade que o vivencia, e assim, criar mecanismos mais eficazes para a erradicação do problema.

Moscovici (2009, p. 663) conceitua:

Finalmente podemos evocar os processos fundamentais das representações sociais: a objetivação e a ancoragem. Mais concretamente, tudo se ordena na representação social a partir de um nó figurativo que, de algum modo, condensa todas as imagens, todas as noções ou os julgamentos que um grupo ou uma sociedade gera ao longo do tempo.

Este nó figurativo que o autor refere é responsável pela engrenagem que cria os estereótipos, as rotulações e os preconceitos, todos conceitos abarcados pelo grande guarda-chuva do senso comum. Em se tratando do mote abuso sexual infantil, os estereótipos se configuram justamente no desejo de invisibilidade, tanto do abusador quanto da vítima. Moscovici novamente faz referência ao estereótipo como aquilo que o senso comum utiliza para separar os “desejáveis iguais” dos “desprezíveis diferentes”.

As falas a seguir refletem a questão do preconceito com a vítima:

“Ela é uma mulher bonita, de 24 anos, sensual, ham... Chama a atenção. Porém tem um comportamento extremamente vulgarizado, tem uma coisa muito vulgar.” (estudante de psicologia, grupo de estudantes)

E com o abusador:

“[...] pena de morte, eu acho que uma pessoa assim ela tem que sofrer bastante, talvez até seria melhor.” (estudante de administração, grupo de estudantes)

Jodelet (2009) traça um paralelo entre as representações sociais, constituídas coletivamente, e a construção da subjetividade de cada sujeito. Esta discussão nos parece bastante pertinente, visto que é uma via de mão dupla definitiva na formação dos conceitos sociais. O sujeito se constrói pelas relações e,

simultaneamente, constitui o coletivo a partir de suas construções individuais.

Vejamos o que a autora (p. 683) referencia:

Esses pontos de vista remetem a um sujeito que não seria um indivíduo isolado no seu modo de vida, mas seria autenticamente social; um sujeito que interioriza, se apropria das representações ao mesmo tempo em que intervém na sua construção. Seria o momento, quando se observa uma mudança de perspectiva nas ciências humanas, de restabelecer relações com esta tradição. Contanto que os estudos realizados no campo das representações sociais mirem tanto os indivíduos que estão inseridos em e são influenciados pelas redes e contextos sociais quanto os coletivos de natureza diversa (grupos, comunidades, conjuntos definidos por uma categoria social, etc.).

Entendemos, portanto, que analisar as construções subjetivas, sejam elas individuais ou coletivas, dos sujeitos e suas relações, nos permite compreender com mais eficácia fenômenos sociais como o abuso sexual infantil. É a partir deste entendimento que acreditamos ser possível engendrar novas estruturas sociais na busca por um novo olhar sobre o tema, culminando, possivelmente, na erradicação do problema.

Apresentação dos Resultados: o que encontramos

Segundo Werba (1999), em uma pesquisa qualitativa, os dados quantitativos são raros, senão inexistentes. No caso de uma pesquisa sobre representações sociais, é natural que seja dada maior relevância às informações de natureza qualitativa. A autora corrobora (p. 74):

Sabendo-se que as representações sociais são saberes partilhados e construídos socialmente, no intercurso das comunicações cotidianas, podemos entender que elas são elaboradas por sujeitos que não existem isoladamente, soltos no tempo e no espaço, mas que devem ser compreendidos dentro de uma perspectiva psicossocial, articulados afetiva, cognitiva, social e culturalmente.

A partir desta perspectiva, discutiremos os elementos mais frequentemente abordados na coleta de dados, que se deu na forma de grupos focais, cuja realização baseia-se na perspectiva defendida por Thompson (1995) que define

essas conversações como formas competentes de se apreender as representações que as pessoas do senso comum constroem sobre determinados fenômenos. Neste contexto, os grupos focais se utilizam da interação e do pensamento livre para produzir dados que vêm ao encontro dos interesses da pesquisa, numa troca que permite discussões aprofundadas sobre determinado tema.

Na pesquisa, foram realizados quatro grupos focais: um com pessoas da comunidade, um com profissionais de saúde, um com estudantes de Psicologia e Administração e um com pós-graduandos da área da saúde. Foram grupos mistos, com integrantes de ambos os gêneros e idades variadas. A duração de cada grupo foi de 45 min. a 1h e a questão norteadora apresentada foi: *O que representa para vocês a expressão “abuso sexual infantil” e o que lhes vem à cabeça quando pensam neste assunto? Podem falar livremente sobre o tema.*

A partir das respostas obtidas, construímos várias categorias, dentre as quais destacamos as três mais citadas:

1 Características/Definições: nesta categoria foram consideradas as respostas que, de alguma forma, definiam ou caracterizavam o abuso sexual infantil no olhar das pessoas pesquisadas. O fator mais aparente nesta categoria foi *despreparo/preconceito da equipe de atendimento*. Os e as pesquisadas consideraram que estas equipes, seja no que se refere à segurança ou à saúde, não estão preparadas para enfrentar o desafio de atender tanto ao abusador quanto à vítima. Os e as profissionais entrevistadas afirmam ter preconceito com o abusador e não saber lidar com a criança abusada que chega para atendimento. Esta questão legitima a afirmação de Costa e Lima (2008), sobre a necessidade de se reforçar a rede de atendimento, já que é por meio da rede de proteção que se efetiva o Sistema de Garantias e Direitos proclamados no Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA – de 1990. Dias e Rodrigues (2008) relacionam o atendimento às vítimas de abuso ao desejo de invisibilidade por parte dos e das cuidadoras, e salientam a dificuldade que as equipes têm de atender estas crianças e adolescentes sem serem impactadas pelos relatos. Segundo as autoras, um olhar com mais cuidado pode significar a imersão deste tema de forma mais prática e eficiente no que se refere ao tratamento das vítimas. Estas afirmações, de certa forma, se interligam com o segundo fator preponderante desta categoria: *indignação/raiva* quando se fala no assunto abuso sexual infantil. As falas dos sujeitos pesquisados

remetem estes sentimentos claramente ao abusador como agente perpetrador da violência e detentor de poder, demonstrado não só pela força física, mas também pelo fator *confiança*, historicamente inerente às crianças em relação aos adultos.

Schreiner (2008, p. 1), destaca os componentes poder e dominação contidos no abuso sexual:

Como instrumento de dominação, assim como outros tipos de violência sexual, [...] é um ato de abuso de poder e não simplesmente um ato sexual. Mais do que a satisfação do desejo sexual, para o qual poderia o agressor recorrer ao ato aceito socialmente, ou seja, sexo entre adultos, o abuso é um ato de violência e desejo de dominação [...] Talvez por isso seja comum associarmos a expressão “abuso sexual” que ocorre dentro de casa ou que é perpetrada por alguém em quem a criança deveria confiar.

A Deputada Maria do Rosário cita Schreiber (2001, p. 107) e enfatiza o abuso sexual como uma relação de poder e, mais do que isto, como parte das relações de gênero: “As relações de poder que mantiveram subordinadas as mulheres no núcleo familiar e social são as mesmas que submetem à violência meninas e meninos a partir do poder econômico e da força física do homem adulto”.

O terceiro fator inerente a esta categoria se refere ao *abusador como membro da família*. Os e as entrevistadas consideram, de forma geral, que o fato de o abusador ser um membro da família contribui para a sua invisibilidade, visto que a criança abusada dificilmente realiza a denúncia por medo ou vergonha:

“[...] Assim, ele vai contar, mas ele não sabe como é que essa mãe vai entender isso, né? Daí fica assim, *será que se eu for falar eles não vão acabar brigando?*” (técnica de enfermagem, grupo profissionais de saúde)

“[...] porque *como que eu vou tá contando que foi o meu pai que fez isso? Qual vai ser a reação da minha mãe? Vai deixar de ser minha amiga?*” (fonoaudióloga, grupo profissionais de saúde)

O Relatório Abuso Sexual publicado em 2003 pela Associação Brasileira Multiprofissional de Proteção à Infância e Adolescência – ABRAPIA dá conta de que 54,55% dos casos de abuso sexual infantil se dão no âmbito familiar, ou seja, são praticados por membros da família. Deste percentual, 47,31% são perpetrados pelo pai da vítima, o que reforça a crença surgida nos grupos pesquisados.

2 Conseqüências na Criança: Nesta categoria foram consideradas as respostas que remetiam diretamente às conseqüências sofridas pela criança abusada. Os subitens *conflitos na vida adulta/trauma/marca/estigma/rótulo* tiveram mais freqüência nas falas dos e das entrevistadas.

“[...] ela vai levar aquilo, a fase que era pra ser a melhor parte da vida dela, a fase mais nobre, vai se tornar uma tragédia, e isso é a razão dos problemas [...]”
(estudante de Psicologia, grupo estudantes)

A fala da estudante ilustra a forma como a comunidade do Litoral Norte pensa as conseqüências do abuso para a criança, ao longo de sua vida. Algo que marca, estigmatiza e traz conseqüências na vida adulta. Narvaz (2005, p. 41) reforça esta crença, relacionando o abuso sofrido na infância com a vida sexual da criança na fase adulta:

Reside também nos deveres de obediência à autoridade paterna a impossibilidade de recusa da menina ao ataque sexual do pai, cuja prescrição de obediência e de zelo pela manutenção da família rouba-lhe a infância e a possibilidade de decidir com quem compartilhar sua experiência erótica.

A questão das marcas e conflitos na vida adulta se apresentaram como uma constante na fala dos e das participantes do grupo, dando-nos indícios de que a comunidade norte litorânea do Rio Grande do Sul, ao pensar o problema, percebe claramente suas conseqüências.

Uma participante do grupo de profissionais de saúde, psicóloga, ilustra este sentimento coletivo da seguinte forma:

“[...] As marcas que isso acaba trazendo... né... é um carimbo... né, inclusive eu tenho um rapaz hoje que tem 19 anos, isso aconteceu aos 5 anos, e ele tá lá, sabe, ele tá... ele não cresce. É que o comportamento dele continua ainda sendo em torno do que aconteceu lá aos 5 anos de idade. Né, as relações que ele mantém hoje são relações abusivas. Inconscientemente ele tá sempre se colocando em situações na qual ele é abusado, não só fisicamente... mas verbalmente. A questão assim da baixa auto-estima também acontece. Ele não consegue se impor nesse

ambiente de trabalho, com essas pessoas... tem sempre essa marca... e hoje, né, aos 19 anos é que ele conseguiu falar.”

Surgiu como uma constante a necessidade de informação esclarecimento à criança como estratégia de prevenção do abuso:

“Eu acho que isso ficaria bem claro desde pequenininho se fosse introduzido na vida dessas crianças, já. Explicar as partes do corpo de cada um, e a criança tem que saber que ali ninguém pode tocar, que aquilo ali pertence a ela.” (estudante de direito, grupo pessoas da comunidade)

“Isso... tu percebe que aquela situação não seria pertinente, nem praquele tipo de contato, né, aquele tipo de relação e aí passa mesmo batida essa coisa aí que é a coisa de um carinho, uma brincadeira.” (terapeuta ocupacional, grupo profissionais de saúde)

Percebe-se nas falas uma preocupação intrínseca com a criança, embora o abusador também tenha sido objeto de reflexão nos grupos escutados. A terceira categoria encontrada na pesquisa reforça esta afirmação.

3 Causas/conseqüências para o abusador: nesta categoria, se destacaram dois subitens co-relacionados: *repetição/abusador foi vítima de abuso e abusador como vítima/doente*, este, inclusive, tendo sido o subitem mais citado de toda a pesquisa. O quesito surgiu em diversas situações, a grande maioria de forma positiva (pena/necessidade de tratamento):

“Aí eu acho que vem a questão da repetição, né? Se for investigar esse abusador, no mínimo alguma questão ou em algum episódio ele deve ter vivenciado isso.” (psicóloga, grupo profissionais de saúde)

“E na verdade a gente fica sem saber se o abusador é uma pessoa com problemas mentais, que tem que ser tratada, ou se é um sem-vergonha. Ele pode não ter tido ninguém na família, e pode simplesmente ter... gostar! ‘Eu gosto, eu quero e eu faço!’” (enfermeira, grupo profissionais de saúde)

“[...] Mas se eu não conseguir ter que olhar pra ele, sujeito que é o abusador, eu vou isolar ele dessa situação e ele vai continuar, ele também sente necessidades. Ele vai continuar reproduzindo essa circunstância com outras pessoas [...]” (assistente social, grupo pós-graduandos)

“Mobiliza tanto o grupo que a gente não consegue nem pensar num espaço de escuta pra ele, né? Acho muito difícil assim, buscar tratamento. Até se dar conta que isso pode ser uma doença, tá, não vou pensar em patologia, mas por si só, conseguir vir buscar uma ajuda é muito complicado. Né, e é bem restrito o espaço de escuta pra esse abusador. A gente já não consegue falar entre nós, né, que dirá a sociedade, porque essa coisa é complicada mesmo.” (psicóloga, grupo profissionais de saúde)

No contexto destas falas, pudemos perceber certa ambivalência no que se refere ao abusador. Identifica-se um confuso desejo de amparo, de compreensão de sua história e dos caminhos que o guiaram a esta situação. Como refere Moscovici (2009, p. 654) “o que retorna do passado marca-nos e leva-nos a agir prontamente, na esperança de evitar eternas repetições de um mundo familiar”.

Neste ponto da apresentação dos resultados, chama-nos a atenção a reincidência, em relação à pesquisa anterior, do fator “invisibilidade do abusador”. Utilizamo-nos das conjecturas de Alves e Werba (2009, p. 8) para justificar nossas impressões:

Quando o assunto é o abuso sexual infantil, muitas justificativas são lançadas para amenizar estas atitudes criminosas. E, mais importante, tais desqualificações servem para favorecer o abusador logo que seu ato criminoso inculcido sobre a criança torna-se invisível, tal como o próprio abusador.

Ou seja, assim como na pesquisa que originou este trabalho, a confusão de imagens e conceitos no que concerne à figura do abusador configura uma constante que culmina na invisibilidade daquele que é nada menos que o perpetrador da situação de violência. Como argumentam as autoras, isto não acontece quando se fala da criança ou da mãe. Algumas falas do grupo de pessoas da comunidade reforçam:

“[...] A mãe tem que poder falar pra criança ‘olha, tá exagerado’. Quando senta no colo, aí o pai fica acariciando, beijinho, rostinho, isso tudo eu acho que tem que ser a mãe que tem que observar.” (aposentada, grupo pessoas da comunidade)

“[...] E sempre tem aquela idadezinha, né, de tirar a roupa. ‘Ah, vou pro banho, vou tirar a roupa aqui mesmo’. Ou então desfilas de calcinha. E o pai e o vô tão por ali. Porque o homem é um bicho (pausa). É um bicho, né... Tá? Mesmo que ele não tenha neem longe pensado, vê aquela meninazinha peladinha na frente, sente, né? Seja avô, seja tio... desperta!” (aposentada, grupo pessoas da comunidade)

Estas falas justificam nossa opção pelas teorias de gênero como um dos pilares da fundamentação teórica, já que fica clara a responsabilização da mãe com relação à educação sexual das crianças, bem como do cuidado para que não corra riscos.

Considerações Finais: ponto de chegada ou ponto de partida?

Este artigo procurou aventar o tema do abuso sexual infantil sob uma ótica psicossocial, partindo das construções sociais que a população norte litorânea faz deste fenômeno.

É sabido que a discussão de qualquer assunto que abarque a violência, e sobretudo, a violência de gênero, causa certa resistência. Pensamos que esta é uma das questões a serem pensadas neste momento, quando chegamos à reta final desta investigação.

O desconforto demonstrado pelas pessoas pesquisadas ao refletir sobre o tema, os silêncios que se faziam a cada início de grupo focal e a cada novo questionamento, trazem à tona o fator invisibilidade, já localizado na investigação anterior. Agora com uma outra roupagem: a invisibilidade surge como um subterfúgio para a hesitação ao tema. Um dos velhos ditados de nossas avós, “o que não é visto não é lembrado”, vem a calhar para ilustrar o sentimento de incômodo da sociedade em tratar de um tema polêmico, desconfortante e, como cita um dos entrevistados: “feio e chato”.

Entretanto, o paralelo que se traçou entre o que esperávamos encontrar e o que de fato encontramos, foi o grande responsável pelo fator surpresa. Como comentamos, nossa pesquisa se deu a partir do desejo de ampliação de um primeiro trabalho, o que nos fez acreditar, primeiramente, que não haveria grandes diferenciais. A beleza do trabalho investigativo reside exatamente no que encontramos: o sabor da diferença. Verificamos um sentimento de ambivalência nas pessoas pesquisadas, que nos remete diretamente à necessidade, justamente, de se discutir mais o tema. Porque, em todos os grupos realizados, o sentimento de desconforto inicial foi substituído por comentários favoráveis à discussão. Ouvimos falas como: “Nossa, foi muito boa a discussão!” ou “Nunca tinha parado pra pensar nesse assunto. É importante discutir, né?” ou ainda: “A discussão mobilizou o grupo. Foi o assunto do dia, depois que tu foi embora”.

Ou seja, oportunizar a discussão se reflete numa forma de desmistificar o problema, desproblematizar a questão como uma das características da pesquisa qualitativa onde o campo, como assujeita Neto (2002, p. 54), “torna-se um palco de manifestações de intersubjetividades e interações entre pesquisador e grupos estudados, propiciando a criação de novos conhecimentos”. Campo, neste caso, pode ser considerado o universo rico e contundente dos grupos focais, onde se pôde apreender as diferentes configurações do pensamento social sobre o tema investigado.

Relacionar abuso sexual infantil com as teorias de gênero nos pareceu inevitável, diante dos números com que nos deparamos no percurso da investigação. Relatórios, mapas, dossiês foram consultados, e o ponto comum entre os dados obtidos era sempre o mesmo: a maior parte dos casos denunciados tinha como vítima uma menina e como acusado um homem. Este fator, por si só, caracteriza o fenômeno como violência de gênero. Ao aprofundarmos o levantamento bibliográfico, reafirmamos nossa direção, visto que nos deparamos com inúmeras pesquisas e discussões sobre este tema como sendo um dos baluartes da causa feminista. As condições da violência de gênero coincidem com as do abuso sexual naquilo que lhe é mais intrínseco: a condição de dominação de um adulto sobre uma criança, a condição de poder do abusador sobre o abusado, a condição de submissão da vítima sobre aquele que a alicia. Este poder, esta dominação e esta submissão estão presentes nos atos de sedução, promessas, ameaças e tantas outras formas de aliciamento a que as crianças e adolescentes

são submetidas.

O abuso sexual infantil configura uma forma de violência múltipla, já que atinge a criança e seu meio social: a família, a escola, o bairro em que vive e, na contemporaneidade, as redes sociais. O estigma, o preconceito, a invisibilidade e, especialmente, a repetição (fator que surgiu com força nas falas dos e das pesquisadas), se evidenciam neste fenômeno social que se configura num grave problema de saúde pública. A condição de violência intrafamiliar, presente em grande parte dos casos denunciados, favorece amplamente a repetição por parte do abusador, por este ter sido abusado na infância, e da vítima, muitas vezes filha de uma mãe abusada, que acaba revivendo a situação do passado.

Entendemos que todos estes fatores devam ser mais e melhor discutidos no âmbito social. Temos convicção, de acordo com os estudos aqui apresentados, que é amplamente necessário que se desmistifique o problema para que se possa arraigar mecanismos de prevenção, redução e erradicação deste tipo de violência. Nossa compreensão é de que, levantando a discussão, promova-se o esclarecimento da população já a partir de seu primeiro núcleo social: a família. Promoção de ações interdisciplinares no que tange ao atendimento das vítimas, tratamento e punição aos agressores, capacitação aos cuidadores, tanto as equipes de saúde quanto as de segurança.

Enfim, este trabalho de pesquisa nos deu subsídios para acreditar veementemente na *visibilização* do tema como ponto crucial para a solução dos problemas decorrentes. Há muitas formas de se realizar esta visibilização, algumas já citadas aqui. Outras, ficam a critério daqueles e daquelas que se disponibilizarem a discutir, investigar, trazer à tona um tema que não é agradável, mas justamente por gerar desconforto, precisa despertar atenção.

Referências

ARRUDA, Ângela. **Teoria das Representações Sociais e Teorias de Gênero**. Cadernos de Pesquisa Nº 117. Rio de Janeiro. 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cp/n117/15555.pdf>. Acesso em: 24/07/2011.

BORGES, Jeane L. e DELL'AGLIO, Débora D. **Abuso Sexual Infantil: Indicadores de Risco e Conseqüências no Desenvolvimento de Crianças**. Disponível em

<http://www.psicorip.org/Resumos/PerP/RIP/RIP041a5/RIP04252.pdf>. Acesso em 25/01/2011.

BRASIL 2011. Secretaria dos Direitos Humanos da Presidência da República. Disponível em: <http://www.direitoshumanos.gov.br/2011/05/17-mai-2011-governo-divulga-novo-mapa-das-denuncias-sobre-exploracao-sexual-infantil/?searchterm=levantamento%20abuso%20sexual>. Acesso em 21/07/2011.

COSTA, Liana F. e LIMA, Helenice G. D. **Abuso Sexual: A justiça interrompe a violência**. Liber Livro. Brasília. 2008.

DIAS, Patricia P. e RODRIGUES, Suleima J. **O Sentido do Abuso Sexual Infantil para os Cuidadores de Instituições do Alto Tietê: um enfoque fenomenológico existencial**. Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Psicologia da Universidade de Mogi das Cruzes como parte dos requisitos para a conclusão do curso. Mogi das Cruzes. SP. 2008. Disponível em: <http://newpsi.bvs-psi.org.br/tcc/PatriciaPaulaDias.pdf> Acesso em 20/07/2011.

FALEIROS, Vicente P. **Parar o Abuso e Desenvolver a Proteção**. In: COSTA, Liana F. e LIMA, Helenice G. D. **Abuso Sexual: A justiça interrompe a violência**. Liber Livro. Brasília. 2008.

JODELET, Denise. **O movimento de retorno ao sujeito e a abordagem das representações sociais**. In: Sociedade e Estado. Brasília, v. 24, n. 3, Dezembro 2009. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69922009000300004&lng=en&nrm=iso. Acesso em 25/07/2011.

MOSCOVICI, Serge. **Os ciganos entre perseguição e emancipação**. In: Sociedade e Estado. Brasília, v. 24, n. 3, Dezembro 2009. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69922009000300003&lng=en&nrm=iso. Acesso em 25/07/2011

HABIGZANG, Luísa F.; KOLLER, Sílvia H.; AZEVEDO, Gabriela A. e MACHADO, Paula X. **Abuso sexual infantil e dinâmica familiar: aspectos observados em processos jurídicos**. *Psic.: Teor. e Pesq.* [online]. 2005, vol.21, n.3, pp. 341-348. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ptp/v21n3/a11v21n3.pdf> Acesso em 25/01/2011.

NARVAZ, Martha G. e Koller, Silvia H. **Famílias, Gêneros e Violências: Desvelando as tramas da transmissão transgeracional da violência de gênero**. In: STREY, M. N. **Violência, Gênero e Políticas Públicas**. Porto Alegre. EDIPUCRS.

NARVAZ, Martha G. **Submissão e Resistência: Explodindo o Discurso Patriarcal da Dominação Feminina**. Dissertação apresentada para obtenção do Grau de Mestre em Psicologia. Universidade Federal do Rio Grande do Sul – RS. 2005. Disponível em <http://hdl.handle.net/10183/5442> Acesso em 06/01/2011.

NEGRÃO, Télia (Org.) **Dossiê Violência de Gênero contra meninas**. Porto Alegre. 2005. Disponível em: <http://pt.scribd.com/doc/7276263/Violencia-de-Genero-Contra-Meninas> Acesso em 21/07/2011

NETO, Otávio Cruz. **O Trabalho de campo como Descoberta e Criação.** In: MINAYO, Maria Cecília S. Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade. 20ª Ed. Petrópolis. Vozes. 2002.

SCHMICKLER, Catarina M. **O Protagonista do Abuso Sexual:** sua lógica e estratégias. Chapecó. Argos. 2006.

SCHREINER, Elisabeth. **Os Direitos Fundamentais da Criança na Violência Intrafamiliar.** Ricardo Lenz Editor. Porto Alegre. 2001.

STREY, Marlene N. (org.). **Gênero por escrito: saúde, identidade e trabalho.** Porto Alegre. EDIPUCRS. 1999.

STREY, M. N. **Violência e gênero: um casamento que tem tudo para dar certo.** In: GROSSI, Patricia K. e WERBA, Graziela C. (Orgs.), Violências e gênero: coisas que a gente não gostaria de saber. Porto Alegre. EDIPUCRS. 2001.

THOMPSON, John. B. **Ideologia e Cultura Moderna - Teoria Social Crítica na Era dos Meios de Comunicação de Massa.** Petrópolis, Vozes, 1995.

WERBA, Graziela C. **Representações Sociais da Tensão Pré-Menstrual para Mulheres.** Dissertação de Mestrado. PUCRS. 1999.

WERBA, Graziela C. **O caminho das Pedras – reflexões sobre o acolhimento a mulheres em situação de violência.** In: Nunes, Maria do Rosário. Os Direitos Humanos das Mulheres e das Meninas: enfoques feministas. Porto Alegre. Assembléia Legislativa do RS. 2003.